

# “MARIA” (2015), DE CONCEIÇÃO EVARISTO, E A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA E POBRE\*

“MARIA” (2015), BY CONCEIÇÃO EVARISTO, AND THE REPRESENTATION OF VIOLENCE AGAINST POOR BLACK WOMEN

**Caio Correia dos Santos Quina**

Mestrando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Administração e Economia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Lavras (PPGA/DAE/FCSA/UFLA)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5580926376758726>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4522-1929>  
E-mail: [caioquina@gmail.com](mailto:caioquina@gmail.com)

**Cilene Margarete Pereira**

Doutora e Mestre em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9574577449606443>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9794-0303>  
E-mail: [cilene.margarete.pereira@gmail.com](mailto:cilene.margarete.pereira@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho, de natureza teórico-analítica, reflete sobre a violência contra a mulher negra e pobre representada no conto “Maria”, de Conceição Evaristo, publicado em *Olhos d’água* (2015). Maria é uma trabalhadora doméstica, mãe solo, que, ao voltar para a casa depois de mais um dia de trabalho, é linchada por um grupo de pessoas que a associam a um assalto ocorrido dentro do ônibus, no qual o pai de seu filho mais velho (a quem ela não via há muito tempo) toma partido. Para a discussão do conto, serão mobilizados alguns referenciais teóricos (Saffioti, 1987; 2013; 2015; Teixeira, 2021; Nascimento, 2019; Gonzalez, 2020, entre outros) que apontam que o controle sobre um grupo formado por mulheres e população negra foi determinado pelo processo de colonização, escravocrata e patriarcal, no qual fator racial, de gênero e de classe condicionou um processo de violência e exclusão social, afetivo, material e moral.

**Palavras-chave:** Conceição Evaristo. Violência. Racismo; Sexismo.

**Abstract:** This theoretical-analytical work reflects on the violence against poor black women represented in the short story “Maria”, by Conceição Evaristo, published in *Olhos d’água* (2015). Maria is a domestic worker and single mother who, upon returning home after another day of work, is lynched by a group of people who associate her with a robbery that occurred on the bus, in which the father of her eldest son (whom she had not seen for a long time) takes sides. To discuss the story, some theoretical references will be used (Saffioti, 1987; 2013; 2015; Teixeira, 2021; Nascimento, 2019; Gonzalez, 2020, among others) that indicate that control over a group formed by women and the black population was determined by the process of colonization, slavery and patriarchy, in which racial, gender and class factors conditioned a process of violence and social, emotional, material and moral exclusion.

**Keywords:** Conceição Evaristo. Violence. Racism; Sexism.

\*Este trabalho integra os Projetos “Escrivivências femininas: traçando linhas em educação, direitos humanos e políticas públicas em Varginha/MG” (2023-2025) e “Efeitos extrapenais do sistema carcerário em mulheres familiares de apenados da APAC de Alfenas-MG” (2024-2027), ambos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), sendo o conto de Conceição Evaristo, “Maria”, um dos objetos culturais utilizados nas Tertúlias Dialógicas realizadas na parte extensionista dos projetos junto a mulheres em situação de vulnerabilidade social e/ou familiares de pessoas em privação de liberdade.

## Introdução

Saffioti (2013; 2015), Federici (2017) e Bandeira (2019) apontam, em seus estudos, que a violência contra a mulher está ligada a um processo estrutural, pois pela perspectiva de gênero pode-se compreender o fenômeno como uma construção social. Essa violência é motivada, portanto, por “expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo”, tendo como ponto de partida a hierarquização de gênero que ocorre no âmbito familiar, sendo acrescida, nesse processo desigual, de “marcas de raça, idade, classe, dentre outras, modificando sua posição em relação àquela do núcleo familiar” (Bandeira, 2019, p. 294). Nesse caso, a violência deve ser compreendida como um fenômeno gerado pelas desigualdades entre homens e mulheres presentes na sociedade.

Federici (2017) e Saffioti (2013), no entanto, vão além, argumentando que a violência contra a mulher representa um fenômeno estrutural que deriva da desigualdade de fatores econômicos, raciais, políticos e também da valoração dos papéis que cada gênero desempenha na sociedade por meio da relação entre homens e mulheres, utilizando-se dessa relação desigual para manter as mulheres em situação de inferioridade.

Saffioti (2013) observa que gênero constitui uma categoria histórica e social em que designa um conjunto de regras que regem as condutas femininas e masculinas e as relações sociais, além de tornar a família o centro da regulação e condicionamento das práticas dos sujeitos sobre as características do gênero socialmente posto. Federici (2017; 2019), por sua vez, avalia que a violência contra a mulher se encontra ligada à recombinação das tarefas produtivas e reprodutivas postas nas relações entre homem e mulher, estabelecidos nos papéis sexuais pela sociedade capitalista, principalmente a partir do arranjo familiar.

A violência, nesse contexto de desigualdades, torna-se também um mecanismo de manutenção do status quo de grupos que se privilegiam do arranjo construído sobre o gênero, assim como o de raça, que, conforme Davis (2016), Gonzalez (2020), Nascimento (2020), impõe às mulheres negras a ocupação de trabalhos desvalorizados e subalternos para garantirem o privilégio das pessoas brancas, sendo um dos preceitos da colonialidade e do período escravocrata. Isso permite elucidar que raça e gênero são caracteres sociais de manutenção e operação da organização social, como de grupos que serão privilegiados e de grupos que não serão privilegiados. Dentro dessa ótica excludente, não é por acaso que as mulheres negras formam a parcela mais pobre da sociedade brasileira, que possui, no mercado de trabalho, “as condições de trabalho mais precárias”, “os menores rendimentos e as mais altas taxas de desemprego”, ocupando cargos “inferiores, subalternos, desvalorizados, com baixos salários, devido a [sic] pouca qualificação profissional por falta de oportunidades” (Santos et al., 2017, p. 7).

São elas também (mulheres e mulheres negras) as maiores vítimas da violência, de todas as formas. Considerando apenas a violência sexual, o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública observou, no ano de 2023, que das 83.988 vítimas de estupro, 88,2% são do gênero feminino, sendo que 52,2% das vítimas são negras. Em relação ao feminicídio, foram registradas 1.467 vítimas, das quais 63,6% são mulheres negras, com idade entre 18 e 44 anos (69,1%).

Percebe-se que a violência, principalmente contra a mulher (e contra a mulher negra), torna-se um mecanismo de controle desse grupo, buscando garantir a ordem social, o que, no contexto brasileiro, deu-se a partir de determinada visão sobre a mulher através do pensamento colonial eurocêntrico/moderno, marcado pelo fator racial, que colocou e classificou pessoas em raças, condicionando à profunda exclusão social, material e moral (Gonzalez, 2020; Segato, 2021). Mulheres negras são as principais vítimas das violências (físicas, psicológicas, simbólicas) por sofrerem com organização social regrada pelo patriarcado e pelo racismo, que acentuaram a construção de um lugar de inferioridade no espaço social e de negação de seus direitos e cidadania efetiva, entendida esta como “a inserção e participação do sujeito na vida social em que ele existe” (Gomes, 2016, p. 46)

A partir desse contexto, este trabalho, de natureza teórico-analítica, reflete sobre a violência contra a mulher negra e pobre representada no conto “Maria”, de Conceição Evaristo, publicado na coletânea **Olhos d’água**, de 2015. Maria é uma trabalhadora doméstica e mãe solo que, ao voltar para a casa depois de mais um dia de trabalho, é linchada por um grupo de pessoas que a associam a um assalto ocorrido dentro do ônibus, no qual o pai de seu filho mais velho (a quem ela não via

há muito tempo) toma partido.

Para a discussão do conto, serão mobilizados alguns referenciais teóricos (Saffioti, 1987; 2013; 2015; Teixeira, 2021; Nascimento, 2019; Gonzalez, 2020, entre outros) que apontam que o controle sobre um grupo formado por mulheres e população negra foi determinado pelo processo de colonização, escravocrata e patriarcal, no qual fator racial, de gênero e de classe condicionou um processo de violência e exclusão social, afetivo, material e moral.

### **Violências ao corpo feminino negro: uma leitura de “Maria”**

O conto “Maria”, de Conceição Evaristo, ajuda a compreender a realidade social da mulher negra e pobre na sociedade brasileira, uma vez que o objeto literário é uma representação da realidade histórico-social que se configura a partir de uma materialidade própria e autônoma em termos formais, que possibilita a seu fruidor refletir dialeticamente sobre questões postas no mundo (Candido, 1995). Candido (1995, p. 244) observa, a esse respeito, que “os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações” literárias, que forneceriam “a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” do mundo, não tendo a função educativa, portanto, de corromper ou edificar as pessoas, mas de humanizar “no sentido profundo, porque faz viver”.

Isso sugere entender o objeto literário a partir de sua potencialidade estética e ética, uma vez que diz respeito a uma função social de máxima importância da literatura, a de humanização, na medida em que expressa e atua na formação das pessoas por sua capacidade fabuladora (Candido, 1995). Nesses termos, Candido (1995, p. 249) reconhece como humanização o “processo que confirma no homem [...] traços que reputamos essenciais”, dos quais o crítico destaca, entre outros, “o exercício da reflexão” e “o afinamento das emoções”; a literatura, aponta ele, “desenvolve em nós a quota de humanidade” porque “nos torna mais compreensíveis e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”.

Nessa perspectiva, o texto literário é entendido como agente importante no processo de construção da alteridade, visto que propõe (por meio de sua construção formal) que seu fruidor abandone “temporariamente sua própria disposição” e se preocupe “com algo que até então não experimentara” (Zilbermann, 1999, p. 84), a existência de um outro (diferente e igual).

Para Lima (2009), escritoras como Conceição Evaristo e outras autoras afro-brasileiras concretizam a expressão de uma literatura escreviente, que aborda a vivência de mulheres negras a partir das diferentes experiências que elas próprias presenciam/presenciaram, o que permite com que reivindiquem um lugar, na mesa da história, de um grupo silenciado historicamente<sup>1</sup> em uma sociedade que o condiciona a espaços e sentidos excludentes (Gonzalez, 2020; Lima, 2009), decorrente de sua herança colonial e escravista, afirmada pelo privilégio de classe e pela estrutura hierárquica, marcada pela opressão física e psíquica de determinados grupos sociais (Chauí, 2001).

No conto “Maria” (objeto deste trabalho), como em outras de suas obras, Conceição Evaristo narra situações de violências a que são submetidas as mulheres, particularmente as mulheres negras. Souza (2022, p. 97) observa que o conto “Maria” seria um “testemunho de sua escrevivência”, marcado pelas experiências da autora como empregada doméstica, profissão que exerceu durante anos antes de se formar e tornar-se professora no Estado do Rio de Janeiro.

A ideia de literatura escreviente aponta, a partir do contexto acima descrito, para um exercício literário comprometido com valores sociais, ou “empenhado”, nos termos de Candido (1995, p. 250), uma vez que escritoras como Evaristo têm “convicções e deseja exprimi-las; ou parte de certa visão da realidade e a manifesta com tonalidade crítica”. Trata-se, ainda, de uma literatura que adota uma perspectiva ética, entendida ética, aqui, como a capacidade humana de “refletir sobre si e sobre os outros, entendendo todos como possíveis sujeitos éticos” (Chauí, 1997, p. 337), mas sobretudo que compreende que a “violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais,

<sup>1</sup> Nesse sentido, reporta-se, aqui, a noção de minoria social, como compreendida por Sodré (2005), ao referir-se a grupos sociais que não têm voz constituída nas instâncias de decisão e de poder, embora possam ser, do ponto de vista quantitativo, maioria, como são mulheres e negros no nosso país, segundo dados do IBGE (2020).

insensíveis, mudos e inerte sou passivos”. (Chauí, 1999, p. 2-3). É uma literatura, portanto, que ao representar a violência sobre a mulher negra (e pobre) insurge sobre a coisificação humana e sobre a naturalização da exclusão social.

Maria é uma personagem feminina, negra, pobre, moradora de uma favela, com três filhos menores sob sua única responsabilidade. Trata-se de uma mãe-solo, portanto, termo que se inscreve em um preconceito histórico-social “pelo fato de não estar inserida em uma relação conjugal e ainda desempenhar constantemente atividades não remuneradas no que tange ao trabalho de cuidado dos filhos(as)” (Borges, 2020, p. 306), assumindo as condições e responsabilidades de sobrevivência da sua família como chefe de família. Essa responsabilidade é expressa logo no início do conto e percorre toda a narrativa ao anunciar a condição gripal dos meninos e a preocupação de Maria. Ao mesmo tempo, é posta a situação de pobreza da personagem, que leva para a casa os restos de comida (sobras da festa no dia anterior na casa da patroa) para a alimentação das crianças, com especial atenção ao melão, fruta que os filhos nunca haviam provado:

Além do cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso a patroa ia jogar fora. Estava feliz, apesar do cansaço. A gorjeta chegara numa hora boa. Os dois filhos menores estavam muito gripados. Precisava comprar xarope e aquele remedinho de desentupir o nariz. Daria para comprar também uma lata de Toddy. As frutas estavam ótimas e havia melão. As crianças nunca tinham comido melão. Será que os meninos gostavam de melão? (Evaristo, 2016, p. 39-40, grifos nossos)

O trecho acima aponta para dois aspectos importantes na representação da mulher negra no Brasil que se interacionam: (1) o trabalho doméstico; (2) a condição de pobreza, marcada pela vulnerabilidade social de Maria.

Teixeira (2021) observa que o contexto do trabalho doméstico está associado a mulheres, pobres e negras e a trabalhos, frequentemente, informais, sem direitos trabalhistas e com jornadas exaustivas, o que permite compreender o fato de que é necessário, para Maria, levar as sobras do domingo, que seriam descartadas pela patroa, estabelecendo, para além da relação trabalhista (que não se pode afirmar, de fato, que exista, justamente devido à informalidade frequente na profissão), a submissão do trabalho doméstico como uma prática sem relevância social e sem status. As sobras da comida de domingo (de uma classe social) são, assim, um reforço na alimentação e nos cuidados de Maria com os filhos, apontando, de maneira clara, a explosão trabalhista a que ela é submetida pela patroa, uma vez que indica que o salário aferido não dá condições adequadas de sobrevivência. Tal condição ainda reproduz o sentido colonial e escravocrata (Teixeira, 2021; Nascimento, 2019).

A escravidão no Brasil, sendo um dos processos de colonização do país, organizou os sujeitos oriundos da prática escravocrata. As mulheres negras trazidas do continente africano eram alocadas para trabalhos na lavoura e nas casas dos senhores, não só os servindo, mas também exercendo funções como amas de leite e mucamas (Teixeira, 2021). Assim, “as distinções que existiam entre a escravizada da lavoura e a escravizada doméstica contribuem para o nosso entendimento acerca do surgimento dessa personagem social que é a trabalhadora doméstica” (Teixeira, 2021, p. 27). Essa organização, tanto dos escravizados como das mulheres escravizadas, em particular, implicou em uma hierarquia social, tornando-se um fator de dominação.

Nascimento (2020) elenca esse processo de estratificação social oriunda, principalmente, do processo de escravidão. A autora expressa que na sociedade brasileira, através da dinâmica econômica, ficam estabelecidos espaços a serem ocupados através do critério de hierarquia de classes; contudo, outro mecanismo é utilizado para selecionar as pessoas, o racial. Este último critério é efeito da discriminação do branco e mantido por grupos sociais dominantes como meio de organização dos postos de trabalhos precários (Nascimento, 2020). Diante disso, a mulher negra “vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão” (Nascimento, 2020, p. 261), ou seja, é recrutada para assumir o trabalho doméstico nas áreas urbanas, reproduzindo o espaço designado a ela no processo de colonização (Nascimento, 2020;



Teixeira, 2021).

O estudo de Gonzalez (2020) corrobora com o exposto, visto que mesmo com as mudanças históricas e sociais, a população negra é relegada a postos de trabalhos precários e à continuidade da condição de subservientes, como o trabalho doméstico, no caso de mulheres negras pobres. Trata-se de um mecanismo essencialmente ideológico, que, ao se debruçar “sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios”, alerta Nascimento (2020, p. 261). Nesse sentido, o exercício do trabalho doméstico promove a inferiorização e a discriminação, ações que expressam um tipo de uma violência estrutural, entendida esta como “embutida na estrutura” social, e que “aparece como desigualdade de poder e consequentemente como chances desiguais de vida”, aponta Galtung (apud Conti, 2019, p. 104).

Essa desigualdade, no conto, é assegurada, já de saída, pela imagem da escassez, do lado de Maria; e da fartura, do lado da patroa, no deslocamento simbólico dos restos de comida da festa do dia anterior. O que para uma é lixo; para a outra, é oportunidade de experimentação original das crianças, que nunca haviam provado melão. Essa marcação de desigualdade é tão forte, no conto, que ecoará em toda a narrativa, na preocupação da mãe, quase morta, com a sensação da primeira experiência sensorial infantil: “A sacola havia arrebentado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos gostam de melão? [...] Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho.” (Evaristo, 2016, p. 42)

A violência, no conto, além de sua experiência física, se dá, assim, também na expressão do preconceito que define o trabalho doméstico como de pouca importância em relação a outros trabalhos, como os de exercício intelectual ou os diplomados, por exemplo (Chauí, 2001), sendo exercido, na maioria das vezes, por mulheres consideradas por seus empregadores até mesmo inferiores, pois “essas mulheres são constantemente ensinadas a abaixarem suas cabeças e serem submissas aos seus patrões” (Jesus; Assis, 2021, p.164), para as quais se pode ofertar o que seria dispensado no lixo: “Ela levava para a casa os restos”; “O osso a patroa ia jogar fora” (Evaristo, 2016, p. 39). Essa inferioridade reconhecida pelos patrões condiciona a dispensa de cumprir obrigações trabalhistas (salário condizente com a prestação do serviço e demais direitos) e predispõe ao não reconhecimento de mulheres iguais a Maria como cidadãs (Jesus; Assis, 2021). A violência incide nisso, no rebaixamento da pessoa, como descreve Chauí (1980, p. 1), dizendo respeito ao “processo pelo qual o indivíduo é transformado em coisa”, desacreditado de valor humano, a ponto de, concretamente no conto, ser linchado.

A cena do linchamento de Maria é já sugerida, portanto, por uma série de artifícios narrativos, dos quais a imagem da faca-laser<sup>2</sup> talvez seja a mais evidente, também associada ao exercício do trabalho doméstico: “A palma de umas de suas mãos doía. Tinha sofrido um corte, bem no meio, enquanto cortava o pernil para a patroa. Que coisa! Faca-laser corta até a vida!” (Evaristo, 2016, p. 40). O processo de onisciência narrativa, que nos permite acessar o pensamento de Maria (algo que, sem dúvida, ajuda no processo de alteridade empática com a personagem), revela a imagem-metáfora da “faca-laser”, objeto de trabalho que corta não só a mão da trabalhadora doméstica, mas sugere o fim de sua própria existência, anunciando o desfecho do conto, visto que a “Faca-laser corta até a vida” (Evaristo, 2016, p. 40).

Ginzburg (2013) aponta, em seus estudos sobre a representação da violência na literatura brasileira, o uso frequente de algumas figuras de linguagem como a hipérbole e a elipse, no contraponto de uma exposição intensa da violência (hipérbole) e a omissão dessa violência (elipse), sobretudo em cenas “após um ato de violência, sugerindo que foi invadido um terreno aquém do verbal, em que o está sendo vivido não pode ser expresso adequadamente por palavras” (Ginzburg, 2013, p. 31). No conto de Evaristo, se se pode destacar o uso da hipérbole, na cena final do linchamento de Maria; outra figura de linguagem fundamental, como se vê, é a metáfora,

2 Importante apontar que “toda imagem tem um potencial de violência” (Kehl, 2015, p. 86), dado pelo poder comunicativo que tem, mas quanto mais realista, maior seu poder, na “tradução exata de aspectos da vida”.

na tradução precisa da imagem da “faca-laser”. Trata-se, portanto, de uma metáfora premonitória fortíssima (considerando o evento final após o assalto no ônibus) e também enfática, pois o trabalho doméstico remunerado é capaz, sim, de ceifar a vida da trabalhadora doméstica devido ao processo de exploração a que é submetida. Unem-se, assim, a violência do trabalho exploratório à violência física exposta no final do conto, ambas alimentadas pela estrutura social.

A identificação de Maria como uma mulher marcada pelo signo da vulnerabilidade social se dá justamente no reconhecimento do “resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos” que ela acessa (ela não tem condições adequadas de alimentação, quem dirá acesso a bens simbólicos) “e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade”, traduzindo esse resultado em “desvantagens para o desempenho e mobilidade social” de si e de sua família. (Abramovay et al., 2002, p. 13). Isso se traduz no plano estrutural, visto uma maior propensão à mobilidade descendente, e no plano subjetivo, que diz respeito aos sentimentos de incerteza e insegurança que gravitam em torno da personagem, materializados por seu linchamento. Se os filhos de Maria já não têm pai; ao final do conto, perderão também a mãe, sugerindo um grau maior vulnerabilidade social na destituição da família.

No ônibus, o ex-companheiro de Maria, pai de um de seus filhos, senta-se ao seu lado e troca com ela algumas palavras, levando a personagem a um processo de autorreflexão sobre sua vida e experiência amorosa:

Ela reconheceu o homem. Quando tempo, que saudades! Como era difícil continuar a vida sem ele. Maria sentou-se na frente. O homem assentou-se ao lado dela. Ela se lembrou do passado. Do homem deitado com ela. Da vida dos dois no barraco. Dos primeiros enjoos. Da barriga enorme que todos diziam gêmeos, e da alegria dele. Que bom! Nasceu! Era um menino! E haveria de se tornar um homem. Maria viu, sem olhar, que era o pai do seu filho. Ele continuava o mesmo. Bonito, grande, o olhar assustado não se fixando em nada e em ninguém. Sentiu uma mágoa imensa. Por que não podia ser de outra forma? Por que não podiam ser felizes? E o menino, Maria? Como vai o menino? cochichou o homem. Sabe que sinto falta de vocês? Tenho um buraco no peito, tamanha a saudade! Tou sozinho! Não arrumei, não quis mais ninguém. Você já teve outros... outros filhos? A mulher baixou os olhos como que pedindo perdão. É. Ela teve mais dois filhos, mas não tinha ninguém também! Homens também? Eles haveriam de ter outra vida. Com eles tudo haveria de ser diferente. Maria, não te esqueci! Tá tudo aqui no buraco do peito... O homem falava, mas continuava estático, preso, fixo no banco. Cochichava com Maria as palavras, sem entretanto virar para o lado dela. Ela sabia o que o homem dizia. Ele estava dizendo de dor, de prazer, de alegria, de filho, de vida, de morte, de despedida. Do buraco-saudade no peito dele... Desta vez ele cochichou um pouquinho mais alto. Ela, ainda sem ouvir direito, adivinhou a fala dele: um abraço, um beijo, um carinho no filho. E logo após, levantou rápido sacando a arma. (Evaristo, 2016, p. 40-41)

No trecho acima, ficam sugeridos não só a importância afetiva do ex-companheiro na vida de Maria, mas também a falta dele na criação do filho e na constituição de uma família, delegando os cuidados filiais apenas à mulher, que para criar os filhos têm de se submeter à exploração do trabalho e às sobras da patroa. Maria se encontra na configuração de família monoparental, em que apenas um dos pais é responsável pela criação e responsabilidade dos filhos (Borges, 2020). Ainda assim, Maria “advinha”, observa o narrador onisciente, os desejos saudosos do pai em relação ao filho, a quem ele reporta “um abraço, um beijo, um carinho” (Evaristo, 2016, p. 41). Essa gradação

afetiva, pelo uso do verbo “adivinhar”, pode ser mais uma experiência apreendida por Maria que propriamente de seu ex-companheiro, visto que ela relembra, ao vê-lo, da vida que tiveram juntos e lamenta pelo que poderia ter sido.

Ao mesmo tempo, paira sobre a mulher o peso de uma condenação moral por ter tido outros companheiros e outros filhos: “Não arrumei, não quis mais ninguém. Você já teve outros... outros filhos? A mulher baixou os olhos como que pedindo perdão. É. Ela teve mais dois filhos, mas não tinha ninguém também!” (Evaristo, 2016, p. 40, grifos nossos). Outros companheiros que também se foram, e filhos que ficaram sob sua responsabilidade, evidenciando, aqui, a solidão da mulher negra, pois além de sobreviver com os obstáculos estruturais que condicionam a ocupações precárias, como trabalho doméstico, há “também um existir muitas vezes solitário, como únicas provedoras do seio familiar”, devido ao fato de terem que trabalhar muito cedo e menor tempo de dedicação à vida pessoal (Teixeira, 2021, p. 44).

A construção social da mulher negra está atrelada a estereótipos persistentes de mulata e mãe preta, modelos constituídos pelo período de escravidão (Vieira, 2020), quando estas eram subjugadas a serviços de cunho sexual e/ou trabalho doméstico, exibindo uma articulação servil do sexismo e do racismo por parte do grupo dominante (Jesus; Assis, 2021). Esses dois fatores, o sexismo e o racismo, permite a (re)produção de “efeitos violentos especificamente nesse grupo, que até hoje são reduzidas aos estereótipos de servilismo profissional e sexual” (Vieira, 2020, p. 299). Trata-se da construção de um imaginário social, pois “a visão de que mulheres negras são objetos sexuais, passíveis de desejo sexual, mas não de carinho e amor – utilizado como justificativa para estupros pelos senhores, na época da escravidão, ainda sobrevive no imaginário da população” (Mizael et al., 2021, p. 231). Assim, o “entrelaçamento entre uma sociedade racista, machista, classista e cheia de outras desigualdades, é a solidão” (Mizael et al., 2021, p. 234), particularmente de mulheres negras. As representações culturais na sociedade, fundadas nesse processo constitutivo histórico, “regulam a vida afetiva das pessoas: no geral, o gênero, a raça e classe moldam e enlaçam o imaginário social de que as mulheres negras não têm direito ao afeto, ligadas ao ‘mercado do sexo’ e o trabalho doméstico” (Vieira, 2020, p. 307), sugerida na representação da personagem Maria.

Souza (2022) observa, a respeito do trecho do conto que aponta outras experiências afetivas de Maria, que se pode, por outro lado, evidenciar que há um protagonismo feminino em relação ao seu “próprio corpo e as possibilidade de seu domínio”, visto a “liberdade de escolha de seus parceiros sexuais”, o que a autora aponta como uma “fagulha de liberdade em um mar de dominação e objetivação da mulher negra” (Souza, 2022, p. 97). Essa “fagulha de liberdade”, talvez um ato de resistência imposto no conto de Evaristo pela experiência da narrativa feminina negra,<sup>3</sup> age, justamente, como contraponto de uma situação naturalizada, a objetificação do corpo feminino negro, mais sujeito à dominação e à exploração, seja na condição de trabalhadora doméstica, seja em sua objetificação sexual, ambos associados ao passado colonial escravocrata do país, que interessa “ao homem branco alimentar [...], pois, por tradição, está habituado a ‘usar sexualmente’ negras ou mulatas” (Saffioti, 1987, p. 53).

No assalto ao ônibus, são recolhidos pertences de todos os passageiros, com exceção dos de Maria:

O comparsa de seu ex-homem passou por ela e não pediu nada. Se fossem outros os assaltantes? Ela teria para dar uma sacola de frutas, um osso de pernil e uma gorjeta de mil cruzeiros. Não tinha relógio algum no braço. Nas mãos nenhum anel ou aliança. Aliás, nas mãos tinha sim! Tinha um profundo corte feito com faca-laser que parecia cortar até a vida. (Evaristo, 2016, p. 41)

3 O que sugere “Maria” como uma expressão da resistência no campo da arte, conforme observa Bosi (1996), dado pelo tema, sobretudo na representação da mulher negra pobre e na narrativa da violação da vida dessa mulher, mas também na forma, no modo de construção do conto (perspectiva narrativa onisciente que acessa o íntimo de Maria e no uso da metáfora-denunciante “faca-laser”).

Em um primeiro momento, são justamente a conversa de Maria com o ex-companheiro e o fato de seu comparsa não recolher seus poucos bens que dá vazão ao início de um processo de criminalização da personagem, sugerindo o que Goffman (2004) aponta como “estigma de cortesia”, que aparece, sobretudo, no desdobramento de marcas sociais negativas a pessoas que circundam o indivíduo estigmatizado, como ocorre no caso de familiares de pessoas em situação de cárcere e/ou ligado ao mundo da criminalidade, por exemplo.<sup>4</sup>

Mas o transcorrer da cena sugere esse expediente como algo secundário, no qual o principal é alimentado pela discriminação relativa ao gênero e à racialidade. Em outros termos, não é necessariamente a relação de Maria com um dos assaltantes o motivo exato de seu ataque, mas o fato de ser uma mulher negra:

Os assaltantes desceram rápido. Maria olhou saudosa e desesperada para o primeiro. Foi quando uma voz acordou a coragem dos demais. Alguém gritou que aquela puta safada conhecia os assaltantes. Maria assustou-se. Ela não conhecia assaltante algum. Conhecia o pai do seu primeiro filho. Conhecia o homem que tinha sido dela e que ela ainda amava tanto. Ouviu uma voz: Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois. Outra voz ainda lá do fundo do ônibus acrescentou: Calma gente! Se ela estivesse junto com eles, teria descido também. Alguém argumentou que ela não tinha descido só para disfarçar. Estava mesmo com os ladrões. Foi a única a não ser assaltada. (Evaristo, 2016, p. 41-42, grifos nossos).

No trecho acima, como se vê, Maria é associada aos assaltantes a partir de adjetivações que evidenciam questões de gênero e raça, pois é chamada de “puta safada” e de “negra safada”. Há, aqui, além de uma violência estrutural, como já apontado em relação à mulher e ao negro, uma violência cultural (Galtung apud Conti, 2019), que justifica e legitima a estrutural, que se dá no nível da linguagem e dos estereótipos culturais associados ao corpo da mulher negra, que é sexualizado com o uso dos vocábulos “puta” e “safada”. A violência cultural age, assim, pela via simbólica de nossa existência, repercutida em um imaginário social constituído pela linguagem e pela ideologia, entendida esta, aqui, nos termos de Chauí (1982), como conjunto de valores das classes dominantes, que são repassados (de modo inconsciente) a classes oprimidas, justamente para sua manutenção. O aparato ideológico é bem manejado, no conto, a partir da identificação das vozes acusadoras, que se assemelham em termos identitários (classe e raça, exceto pelo gênero) a Maria: “Maria olhou na direção de onde vinha a voz e viu um rapazinho negro e magro, com feições de menino e que lembrava vagamente o seu filho”. (Evaristo, 2016, p. 41)

Os passageiros do ônibus, supostamente também subalternizados pela exclusão econômica (mas não conscientes disso),<sup>5</sup> transformam/elegem Maria em/como uma ameaça, pois diante da construção colonial, racial e de gênero, os aspectos do racismo e do patriarcado condicionaram os grupos oprimidos, mulheres e negros, a grupo de controle e de perigo. Assim, a violência praticada contra a protagonista demonstra o medo do(s) agressor(es) pelo enfrentamento de uma ameaça ao seu status quo.

A cena da acusação e do linchamento de Maria aponta a exclusão e o desprezo dados pela condição de gênero (por ser uma mulher) e de raça (por ser negra), evidenciando o que Saffioti (2015) aponta em seus estudos ao observar que as categorias sociais gênero, raça e classe são eixos

4 A propósito do “estigma de cortesia” relativo à pessoa associada ao mundo criminal, Schilling e Miyashiro (2008, p. 253) apontam que este interfere na própria construção identitária de seus filhos, uma vez que se baseia na “ausência, nas interrogações dos olhares desconfiados daqueles que esperam e, de forma implícita, cobram que eles ocupem o mesmo ‘lugar’ do pai ou da mãe, constituindo-se como mais um número na estatística de reclusos do sistema prisional”. Trata-se, conforme se vê, de um efeito perverso na constituição familiar de alguém que tem um parente associado ao mundo criminoso, que evidencia o modo de operação do estigma de cortesia.

5 Trata-se, aqui, de outro tipo de violência, entendida por Bourdieu (2014) como simbólica, aquela que se configura a partir da naturalização das relações de dominação, quando o dominado, no caso o sujeito subalternizado do ponto de vista econômico e social, não tem condições de pensar criticamente categorias dadas pela esfera do domínio para representar os dominados.



estruturantes da sociedade, visto que o sujeito constituído desses caracteres é atravessado por suas características dadas historicamente:

Dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira. Em outras circunstâncias, será uma outra faceta a tornar-se dominante. Esta modalidade do sujeito múltiplo acompanha a instabilidade dos processos sociais, sempre em ebulição (Saffioti, 2015, p. 83).

Assim, compreende-se que essa organização da sociedade, juntamente com o processo construído no país pelo período colonial e escravocrata, delegou a um determinado grupo o reconhecimento de pessoa digna, e a outro o de pessoa subserviente (Gonzalez, 2020; Jesus; Assis, 2021). Uma condição que também está expressa no trecho a seguir:

Mentira, eu não fui e não sei porquê. Maria olhou na direção de onde vinha a voz e viu um rapazinho negro e magro, com feições de menino e que relembra vagamente o seu filho. A primeira voz, a que acordou a coragem de todos, tornou-se um grito: Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões! O dono da voz levantou e se encaminhou em direção a Maria. A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher. (Evaristo, 2016, p. 41-42)

O trecho revela, conforme Nascimento (2019) e Gonzalez (2020), como a construção do espaço da mulher negra na sociedade pós-escravidão se perpetua, pois, segundo as autoras, os aspectos sociais condicionados a elas (mulheres negras) no período escravocrata continuam na sociedade atual, com determinação de espaços sociais como principalmente de trabalhadora doméstica e de mulata (hiper sexualizada). Quando a protagonista revida a acusação, o que se apresenta é uma voz social masculina (patriarcal e colonial) que anula e subordina a mulher, qualificando-a de “atrevida” e exercendo a violência física, que culminará com a morte de Maria. Tal representação se dá porque as mulheres negras foram condicionadas historicamente à violência sexual e trabalhista, consideradas descartáveis, sem valor, repercutindo e orientando o imaginário social de sua representação, o que faz com que a personagem seja lida como objeto apenas de cunho sexual e de subalternidade, sendo esses elementos de discriminação de gênero e de raça construídos socialmente (Jesus; Assis, 2021; Gonzalez, 2020).

Gonzalez (2020) aponta que racismo se torna uma ideologia que orienta a sociedade para manter o privilégio de um determinado grupo. Em conjunto com o processo colonial da dominação, a raça tornou-se um aspecto de organização de grupos raciais a espaços subalternos (Segato, 2021). Uma vez que o racismo é um aspecto estrutural, ele normaliza e concebe como verdades as regras baseadas na discriminação racial, reproduzindo e recriando desigualdades e privilégios no intuito de manter o status quo de dominação de grupos privilegiados, que se aproveitam também das condições de gênero para a organização social (Almeida, 2019; Saffioti, 2015; Segato, 2021).

A cena final do conto, bastante sumariada, em termos de linguagem figurada aponta para uma mistura entre o uso da elipse e da hipérbole sugerida (Ginzburg, 2013), destacando a violência empreendida ao corpo feminino negro, que não tem defesa/que não pode ser defendido, que pode ser, portanto, “dilacerado”, “pisoteado”, eliminado e eleito como inimigo:

Lincha! Lincha! Lincha! Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos. A sacola havia arrebentado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos gostam de melão? Tudo foi tão rápido, tão breve. Maria tinha saudades do seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas-laser que cortam até a vida. Quando

o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher já estava todo dilacerado, todo pisoteado.

Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho. (Evaristo, 2016, p. 42, grifos nossos)

O conto “Maria” coloca em cena como categorias sociais como gênero, raça e classe operam socialmente e como regulam as relações sociais. Mas em oposição à violência da cena (e para marcar ainda mais o horror do que se narra), em um último ato de resistência de Maria (e do próprio conto), o narrador onisciente retoma os desejos da personagem, já evidenciados no início e meio da narrativa: a experiência infantil da descoberta do melão (e de seu sabor) e o carinho paterno-ausente transmitido por adivinhação ao filho mais velho. Prevalece, assim, diante de tanta violência e horror, a figura materna, agora inexistente, morta por pessoas armadas “com facas-laser que cortam até a vida” (Evaristo, 2016, p. 42).

## Considerações finais

O conto “Maria”, de Conceição Evaristo, publicado em 2015 no livro **Olhos d’água**, aponta como o texto literário “pode ser um instrumento consciente de desmascaramento” de realidades e de “situações de restrições dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual” (Candido, 1995, p. 256), convergindo em uma forma de reflexão complexa e dialética sobre os mecanismos e categorias que operam e regularizam as relações sociais, tais como o racismo, o patriarcalismo e o capitalismo (Saffioti, 2013; 2015).

O conto representa a vida de muitas mulheres negras e pobres, inseridas compulsória e frequentemente no trabalho doméstico remunerado, e as múltiplas formas de violência a que estão sujeitas. O racismo e o sexismo são apresentados como mecanismos de legitimação dessa violência, sustentando a condição imposta pelo processo de colonização, iniciada pela “conquista” e pelo sistema escravocrata, e pelos papéis de gênero atribuídos socialmente às mulheres não-brancas. Como destaca Davis (2016), qualquer ação das mulheres negras que contraria o papel designado a elas, principalmente pela colonização, é tida como resistência, uma estratégia adotada por Maria ao tentar se defender das acusações dos passageiros. No entanto, sua resistência é sufocada por sua caracterização como um perigo social, resultado de uma subalternidade estabelecida pelo sistema patriarcal, racial e colonial, construída histórica e socialmente. O que elucida que estruturas como o racismo, o capitalismo e o sexismo operam para perpetuar a violência contra a mulher, especialmente contra aquelas que pertencem a grupos marginalizados pelo sistema.

Diante disso, o conto “Maria”, escrito por Conceição Evaristo, torna-se uma ferramenta necessária para se compreender e deslegitimar o discurso posto, principalmente, pelo processo de colonização e mantido até hoje, quanto para romper o silenciamento imposto a grupos marginalizados, uma vez que o ponto de vista adotado, via a onisciência do narrador, é o de Maria, que rompe e elucida a invisibilidade de opressões de gênero, raça e classe.

## Referências

ABRAMOVAY, Miriam et al. Violência e vulnerabilidade: literatura e conceitos. **Juventude, violência e vulnerabilidade social**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO; BID, 2002.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p.293-314, 2019.

BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. **Itinerários**, Araraquara, n. 10, p. 11-27, 1996.

BORGES, Lize. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. In: MELO, Ezilda. (org.). **Maternidade e direito**. 1.ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: **Vários Escritos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Ática, 1992.

CHAUI, Marilena. A existência da ética. In: **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

CHAUI, Marilena. Uma ideologia perversa. In: **Folha de São Paulo** (online), São Paulo, 14 de mar. 1999.

CHAUI, Marilena. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CONTI, Thomas. Violência, uma abordagem abrangente. In: **Armas, Guerras e Instituições: os Estados Unidos, 1840-1940**. (Tese de Doutorado em História Econômica). Campinas: UNICAMP, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FONSECA, Denise Holanda; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Nôemia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidade e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 307-314, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário de Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024. 404p. Disponível em: < <https://apidSPACE.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content> >. Acesso em 02 de set. de 2024.

GINZBURG, Jaime. Introdução. In: **Literatura, violência e melancolia**. São Paulo: Autores associados, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2004.

GOMES, David Francisco Lopes. **Fundamentação em Direitos Humanos e Cidadania** (v. 1). Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**

Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KEHL, Maria Rita. Imagens da violência e violência das imagens. **Revista Concinnitas**, Rio de Janeiro, V. 1, n. 26, 2015, p. 90-96.

JESUS, Ana Carolina; ASSIS, Odete. O papel do racismo, preconceito e desigualdade na vida das empregadas domésticas. In: PARKS, Letícia; ASSIS, Odete; CACAU, Carolina (Org.). **Mulheres negras e marxismo**. São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, p.147-166, 2021.

LIMA, Omar da Silva. **O comportamento etnográfico afrodescendente das escritoras negras Conceição Evaristo & Geni Guimarães**. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MIZAEL, Táhcita Medrado; BARROSO, Sarah Caroline Vasconcelos; HUNZIKER, Maria Helena Leite. Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadoras Negras**, [s. l.], p. 212–239, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p.259-264, 2019

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Maria Santana dos; QUEIROZ, Josiane Mendes de; LUZ, Rafaela Araújo da; OLIVEIRA, Samara Barroso. Desigualdades de gênero: a mulher negra no mercado de trabalho. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**. 2017.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Tradução: Danielli Jatobá, Danú Gontijo. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SCHILLING, Flávia; MIYASHIRO, Sandra. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, maio/ago. 2008.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUZA, Gracielli Brites de. Ficção e Realidade no Conto “Maria” de Conceição Evaristo. **Línguas & Letras**, v. 22, n. 53, 2022.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho Doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

VIEIRA, Camilla Gabrielle Gomes. Experiências de solidão da mulher negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 5, n. 10, jul./dez. 2020.

ZILBERMAN, Regina. Leitura literária e outras leituras. In: BATISTA, Antônio Augusto. (org.). **Leituras-práticas, impressos, letramentos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



Recebido em 26 de novembro de 2024  
Aceito em 15 de julho de 2025